

Desafios e Avanços do Proeja: Uma Análise de 2016 a 2023

Challenges and advancements of Proeja: An analysis from 2016 to 2023

Talita Mirella Ferreira da Silva¹

Herlon Alves Bezerra²

Resumo:

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (Proeja) foi criado, em 2005, pelo decreto presidencial 5.478/24.06.05 e revogado pelo 5.840/13.07.06. Estabeleceu-se ali (§1º, Art. 2º) que as instituições federais de educação profissional deveriam implantar cursos e programas regulares do Proeja até 2007. No contexto desses preceitos, a Lei 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia (RFEPCT) e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), estabeleceu como um dos objetivos destes (Seção III, Art. 7º, inciso I) ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente, na forma de cursos integrados, tanto para os concluintes do ensino fundamental, quanto para o público da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Como a pesquisa educacional publicada a partir de 2016, quando decorreu a primeira década dessa legislação, avalia o processo de implantação e implementação dessa política pública? Para responder a essa pergunta, buscamos pelo termo “Proeja” nas bases *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Sistema de Información Científica Redalyc*, Revista Cadernos da Educação Básica e na Revista Cadernos Cajuína, usando como filtros artigos em língua portuguesa e espanhola, no período 2016-2023. Ao todo, encontramos 155 textos (5 na SciELO, 1 na Revista Cadernos da Educação Básica, 2 na Cadernos Cajuína e 147 na Redalyc, que repetiu os achados da outra base). Lidos os títulos e resumos, retiramos 135 textos do *corpus* investigativo, pois não apresentavam o escopo de nosso interesse temático. Analisados os 20 textos restantes, percebemos ser consenso

¹ Mestre em Educação Profissional e Tecnológica-ProfEPT IFSertãoPE. Especialista no Ensino da Língua Portuguesa pela Universidade Regional do Cariri - CE / URCA. Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano. Advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil / OAB – PE. Orcid Link <https://orcid.org/0009-0006-5765-2896>. E-mail: talita.mirella@ifsertao-pe.edu.br

² Licenciado em Psicologia, graduado em Formação de Psicólogo, mestre em Filosofia (Filosofia Contemporânea), doutor em Educação (Filosofia e Sociologia da Educação). docente do IFSertãoPE, com disciplinas nos cursos de Licenciatura em Música, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPTI), Mestrado Profissional em Ensino de Filosofia (Prof-Filo) e Especialização em Interculturalidade e Decolonialidade na Educação Escolar Indígena e Quilombola (no qual também constitui a equipe de coordenação). Lidera o Habitus - Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Política. Orcid Link: <https://orcid.org/0000-0002-9925-921X> E-mail: herlon.bezerra@ifsertao-pe.edu.br

Revista Interdisciplinar

nessa literatura que o Proeja segue incompreendido na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, bem como a consolidação da RFEPCT como instituição de qualidade acadêmica e profissional, cuja cultura institucional vincula-se às possibilidades formativas (“de alto nível”) que ela indica, tem, possivelmente, gerado os fundamentos das resistências em torno da assunção orgânica do Programa.

Palavras-chave: EJA; Neoliberalismo; Educação Profissional e Tecnológica; Democracia, Cidadania.

Abstract:

The National Program for the Integration of Professional Education with Basic Education in the Youth and Adult Education Modality (Proeja) was created in 2005 by Presidential Decree 5.478/24.06.05 and repealed by Decree 5.840/13.07.06. It was established there (§1, Art. 2) that federal professional education institutions were required to implement regular courses and programs under Proeja by 2007. In the context of these provisions, Law 11.892/2008, which established the Federal Network for Professional, Scientific, and Technological Education (RFEPCT) and created the Federal Institutes of Education, Science, and Technology (IF), set as one of its objectives (Section III, Art. 7, Clause I) the provision of professional technical education at the secondary level, prioritizing integrated courses for both elementary school graduates and the Youth and Adult Education (EJA) audience. How does educational research published since 2016, marking the first decade of this legislation, assess the process of implementing and carrying out this public policy? To answer this question, we searched for the term “Proeja” in the Scientific Electronic Library Online (Scielo), Sistema de Información Científica Redalyc, *Revista Cadernos da Educação Básica*, and *Revista Cadernos Cajuína*, using filters for articles in Portuguese and Spanish, between 2016 and 2023. In total, we found 155 texts (5 in Scielo, 1 in *Revista Cadernos da Educação Básica*, 2 in *Cadernos Cajuína*, and 147 in Redalyc, which repeated findings from the other databases). After reading the titles and abstracts, we removed 135 texts from the investigative corpus, as they did not align with the thematic scope of our interest. Upon analyzing the remaining 18 texts, we found a consensus in the literature that Proeja continues to be misunderstood within the Federal Network of Professional and Technological Education. Additionally, the consolidation of the RFEPCT as an institution of academic and professional excellence, whose institutional culture is linked to the high-level educational opportunities it offers, has possibly been a key factor in the resistance surrounding the organic adoption of the Program.

Keywords: EJA; Neoliberalism; Professional and Technological Education; Democracy; Citizenship.

Introdução

Please allow me to introduce myself
I'm a man of wealth and taste
I've been around for a long, long years
Stole many a man's soul and faith

Rolling Stones

Um decreto basta para efetivar uma política pública?

Homens e mulheres excluídos da escola regular na idade própria, mas que a ela voltam por sua própria determinação, seja para concluir estudos incompletos, seja para se formarem ao longo da vida. Foi essa parcela da sociedade brasileira que justificou esta pesquisa e são com essas palavras, parafraseadas de Gadotti (2007), que iniciamos essa revisão integrativa.

O Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Proeja surge no âmbito das Instituições Federais de Educação Tecnológica via Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005 (Brasil, 2005a), posteriormente, substituído pelo Decreto nº 5.840 de 13 de julho de 2006 (Brasil, 2006).

O diploma de 2005 buscava atender aos jovens e adultos com oferta da educação profissional e técnica de nível médio, objetivando incluir um público excluído pelas instituições federais de ensino (Brasil, 2005a)¹. O de 2006 ampliou aquele, estabelecendo uma articulação entre o ensino fundamental e o médio, com foco na elevação da escolaridade do trabalhador, retirando a exclusividade da ³Rede Federal e envolvendo mais instituições para oferta dos cursos, expressando:

[...] o Proeja poderá ser adotado pelas instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais e pelas entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical (“Sistema S”) [...] (Brasil, 2006).

Nessa toada, essa política pública foi definida como um programa de inclusão social para a oferta de educação profissional, orientada pela concepção de formação integral do cidadão para

³ A Rede Federal de Ensino constituía-se à época por: Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (Brasil, 2005a).

Revista Interdisciplinar

jovens e adultos acima de 18 anos, sem limite de idade máxima, com trajetórias escolares não lineares, objetivando elevar seus níveis de escolaridade e, desse modo, o Proeja se desenhou como um desafio para os gestores dos Institutos Federais, bem como para os formadores, que atuariam na ponta dessa política. O que requereu:

[...] uma nova compreensão do imprevisível [para os Institutos] uma descrição do mundo onde a consideração dos dinamismos, do movimento, dos processos toma a dianteira sobre as permanências, as estruturas e as organizações. (Balandier, 1997, p. 235).

Além disso, parece ser possível analisar a história da educação de jovens e adultos no Brasil admitindo existir regularidade na descontinuidade. É o que evidenciam Haddad e Del Pierro (2000), revelando que, historicamente, as ações para essa modalidade são desenvolvidas por meio de programas, campanhas e projetos fragmentados, ações focais e desarticuladas, que não têm garantido o direito dos jovens e adultos à educação na perspectiva de sua universalização, bem como considerando, também, o fato de que a educação profissional no país é marcada pela separação da educação básica e pela rendição aos interesses imediatos do mercado de trabalho

O referido Programa ao integrar a educação profissional com a educação básica na modalidade educação de jovens e adultos - EJA, herda, assim, a histórica descontinuidade das ações dos governos para esse campo, assim como a dualidade que marca a educação profissional. No que tange à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, pesquisas apontam que o Proeja não vem sendo, devidamente, compreendido e acolhido. Revelam o público da EJA vivenciando um currículo inadequado, numa escola em que a rigidez dos tempos e dos espaços não reconhece a dinamicidade das vidas dos jovens e adultos.

Outro dado que merece destaque é a crescente onda dos cursos FIC - Qualificação Profissional - como a porta mais larga de acesso à Rede Federal para o público da EJA. O que é um problema, já que a grande questão diante das políticas que visam produzir justiça social é que elas não podem ser materializadas a partir de práticas compensatórias e paliativas. Dubet (2004, p. 540) afirma que “os conceitos de igualdade e de justiça social que comandam essas práticas não são tão claros quanto poderia parecer à primeira vista e é importante refletir para avaliar o sentido e o alcance das políticas escolares”.

Revista Interdisciplinar

O objetivo desta revisão integrativa é responder ao seguinte questionamento: Quais são os principais desafios à implementação do Proeja, entre 2016 e 2023 e quais os reflexos do Programa na inclusão e formação de jovens e adultos na educação profissional no Brasil?

Método

Este artigo se trata de uma revisão integrativa da literatura extraída das bases: *Scientific Electronic Library Online* (Scielo), *Sistema de Información Científica Redalyc*, Revista Cadernos da Educação Básica e Revista Cadernos Cajuína por meio de levantamento das publicações científicas qualitativas sobre o Programa Nacional de Integração da Educação profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação Jovens e Adultos – Proeja.

A revisão integrativa de literatura possibilita vasta gama de explicações para um mesmo assunto. O método reúne e sintetiza resultados de pesquisas sobre um tema ou questão, de maneira sistemática e ordenada, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento do objeto investigado. Desde 1980 este tipo de revisão é relatado na literatura como método de pesquisa. A análise qualitativa, por seu turno, procura compreender e interpretar da forma mais fiel possível a lógica interna dos sujeitos que estuda e dá conhecimento de sua verdade (Minayo, 2012).

Na condução desta revisão, delineou-se os seguintes processos: identificação do tema de pesquisa; busca na literatura sobre os estudos; avaliação, análise e síntese dos dados; apresentação e conclusões. Inicialmente, o estudo teve como pergunta norteadora: Quais são os principais desafios à implementação do Proeja, entre 2016 e 2023 e quais os reflexos do Programa na inclusão e formação de jovens e adultos na educação profissional no Brasil? E, com o propósito de responder a tal questionamento, fizemos o processo de pesquisa, coleta, seleção e sistematização dos artigos, adotando filtros estabelecidos de acordo com os critérios de inclusão e exclusão.

A partir da contemplação do descritor, os artigos encontrados foram selecionados por meio dos critérios de inclusão: artigos completos no periódico, publicados entre 2016 a 2023 (sete anos), redigidos no idioma português ou espanhol e que apresentassem o Proeja como objeto central do estudo. Foram excluídos os artigos incompletos e aqueles publicados antes de 2016 ou depois de 2023, exceto dois, que, pela pertinência, mesmo fora desse lapso temporal, decidimos referenciar.

Revista Interdisciplinar

Finda a leitura dos títulos e resumos, os textos foram selecionados, respeitando-se os critérios de inclusão e exclusão. Em seguida, procedemos à leitura na íntegra das publicações e sistematizamos em duas tabelas distintas os seguintes dados: autores, ano de publicação, título, Digital Object Identifier (DOI), palavras-chave, objetivos e resultados.

Quadro 1 – Identificação dos artigos selecionados / Período 2016 a 2023.

TÍTULO	AUTORES	ANO	IDIOMA	DOI
1)Uma Década de Proeja: sua Gênese, Balanço e Perspectivas.	OLIVEIRA, Edna Castro ; SCOPEL, Edna Graça	2016	Português	10.15628/holos.2016.4998
2)Estudantes do Proeja: de percursos negados a outras possibilidades.	FREITAS, Marinaide Lima de Queiroz; GOMES, Maria de Fátima Feitoza Amorim; MARINHO, Paulo	2022	Português	10.1590/0104-4060.82026
3)O ensino integrado como medida política em prol da justiça social: o caso dos cursos EFA em Portugal e do Proeja no Brasil.	BARROS,Rosanna Maria; MOURA, Dante Henrique; HENRIQUE, Ana Lucia Sarmiento	2020	Português	10.1590/S1413-24782020250021
4)O reencontro dos sujeitos adultos com a escola: significados e tensões no âmbito do Proeja.	SILVA, Mônica Ribeiro; JORGE, Ceuli Mariano	2018	Português	10.1590/es0101-73302017137347
5)O Proeja como modalidade articulada à EPT: uma análise sobre evasão escolar.	CARMO, Ana Carolina Rigoni; AMORIN, Elizabeth de Jesus Moreira de; REMÉDIOS, Sâmia Elene Lobato dos	2020	Português	10.33025/ceb.v5i2.2785
6)As Práticas Educativas de Regulação e Emancipação na EJA.	REIS, Sônia Maria Alves de Oliveira; EITERER, Carmem Lúcia	2023	Português	10.1590/2175-6236117867vs01
7) Formación de Educadores de Jóvenes y Adultos en Brasil: análisis y perspectivas desde los Seminarios Nacionales	GONZALES,Maria Victoria Peña; SOARES, Leôncio	2022	Espanhol	10.1590/0104-4060.82104
8) O Proeja no IFRN-Campus Mossoró por seus Estudantes	SILVA, José Moisés ; SÁ, Lanurzia Tércia	2016	Português Português	10.15628/holos.2016.4711
9) Avaliação Ex Post da Política Pública Proeja No IFBA Campus Santo Amaro (BA)	FLORES, Tânia Maria Dantas	2017	Português	10.15628/holos.2017.5756
10) A produção científica sobre o Proeja no GT 18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas - ANPEd (2007-2017)	BARROS, Rosiani Salviano; GUIMARÃES, André Rodrigues	2019	Português	10.5212/PraxEduc.v.14n2.011
11) Desistência e Permanência de	FARIA Débora Suzane de	2015	Português	10.15628/holos.2015.31

Revista Interdisciplinar

estudantes de Ensino Médio do Proeja.	Araújo; MOURA, Dante Henrique			95
12) Políticas Públicas de/para a Educação de Jovens e Adultos: um balanço de artigos publicados no Portal de Periódicos CAPES	MUSIAL, Gilvanice Barbosa da Silva; ARAÚJO, Jurandir de Almeida	2022	Português	10.1590/0104-4060.82090
13) Dez Anos Depois: os sentidos das perguntas de professores da EJA	SANT'ANNA, Sita Mara Lopes	2020	Português	10.1590/2175-623696666
14) O Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação De Jovens e Adultos (Proeja) No IFG–Câmpus Goiânia: Um Percorso Contraditório na Construção do Direito à Educação	VITTORETTE, Jaqueline Maria Barbosa; CASTRO, Mad' Ana Desirée Ribeiro de	2016	Português	10.15628/holos.2016.2798
15) Apresentação – Educação de Jovens e Adultos: uma análise de políticas públicas, dos sujeitos e de processos educativos	LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes; ALCOFORADO, Joaquim Luís Medeiros Alcoforado	2022	Português	10.1590/0104-4060.82312
16) Proeja no IFMT: Possibilidades de inclusão ou exclusão?	BITTENCOURT, Nadir de Fátima Borges; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira, SANTOS, Antonio Cezar da Costa	2019	Português	10.5902/1984644435818
17) Uma Década do Decreto nº 5.154/2004 e do Proeja: Balanço e Perspectivas	FRIGOTTO, Gaudêncio	2016	Português	10.15628/holos.2016.4984
18) O Proeja e o Processo de Implantação Pedagógica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	COUTINHO, Suzana Andréia Santos; MORAES, Lélia Cristina Silveira de	2017	Português	10.24065/20177ID185
19) Avanços e Desafios das Políticas Públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil.	LAGES, Rita Cristina Lima; MACHADO, Josiane Aparecida; SANT'ANA, Rivânia Maria Trotta	2024	Português	
20) Formação Humana Integral: Perspectivas e Práxis no Instituto Federal do Piauí-Campus Picos no Contexto da EJA Profissional	FERREIRA, Aurélio Secundo	2023	Português	

Quadro 2 – Palavras-chave, objetivos e resultados.

PALAVRAS-CHAVE	OBJETIVOS	RESULTADOS
1)Proeja, Política pública, Educação de jovens e adultos, Institutos Federais, Formação dos trabalhadores.	Explicitar os imbricamentos do Proeja com o Decreto nº 5.154 de 2004, no processo de redemocratização do país.	Aponta os desafios que a oferta do Proeja continua representando para a gestão dos Institutos Federais (IFs) e as perspectivas que se vislumbram a partir de experiências na sua continuidade, o que retoma a reflexão sobre o significado da inserção da modalidade EJA nos IFs conforme legislação vigente.
2)Proeja. Cursos profissionais. Perfis dos estudantes.	Conhecer e compreender os perfis demográficos, socioeconômicos e educacionais dos estudantes do Proeja do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Câmpus Marechal Deodoro, especificamente, nos cursos Técnicos de Cozinha e Hospedagem.	Depreendeu-se que a organização escolar está ainda distante das vidas dos sujeitos da EJA, no que se refere não só à flexibilidade de horários, mas também aos processos de avaliação, bem como a isso se conjuga a dificuldade de desenvolver currículos que integrem o tempo da vida dos sujeitos no compasso da escola.
3)Educação de jovens e adultos; cursos EFA, Portugal; Proeja, Brasil.	Refletir sobre duas políticas educacionais destinadas à educação de jovens e adultos em Portugal e no Brasil que ilustram a possibilidade de o Estado assumir seu papel de garantidor do direito à educação.	Conclui-se que esses cursos voltam-se para a formação do educando, propiciando-lhe tanto o direito de acesso ao conhecimento historicamente construído como a uma profissionalização que lhe permita atuar no mundo do trabalho e na produção de sua subsistência. No entanto, em um movimento que compromete sua existência, esses cursos são afetados por decisões ou políticas advindas do governo embasadas em pressupostos contrários àqueles que os fundamentam.
4)Proeja. Educação profissional técnica de nível médio. Permanência e abandono escolar. Ensino médio.	Caracterizar os alunos do Proeja das 18 escolas que constituíram o campo empírico; e identificar os sentidos e significados da experiência escolar a partir do ponto de vista dos sujeitos-alunos e em que medida esses sentidos e significados estão articulados às razões para permanecer ou desistir da escola.	Concluiu-se que as experiências dos alunos do Proeja são orientadas por disposições efetivas, adquiridas em condições sociais específicas que direcionam as suas trajetórias. Essas disposições se distanciam daquelas que são realmente almejadas e se colocam como “possíveis” nas teias estruturais que envolvem a vida dos sujeitos, alterando os reais sentidos e significados. Assim, os sentidos e significados atribuídos pelos sujeitos do Proeja vão além de uma relação linear entre aluno e escola, são perpassados pelas relações familiares e de trabalho que sofrem os efeitos das condicionantes estruturais.
5)Educação Profissional e Tecnológica; Educação Básica; Proeja; Evasão escolar; Trabalho	Fazer uma breve revisão sobre o Proeja como modalidade articulada à Educação Profissional e Tecnológica, assim como abordar um dos maiores desafios da Educação de Jovens e Adultos: a evasão escolar.	Concluiu-se que o Proeja tem apresentado muitos desafios ainda não superados, sendo a evasão escolar um dos maiores destes.
6)Educação de Jovens e Adultos. Regulação. Emancipação. Educação Popular.	Debater as marcas das práticas pedagógicas emancipatórias presentes nos movimentos de	Concluiu-se que ensino, compreendido como processo humanizador – especialmente na educação de adultos –, é chamado a repensar

	<p>educação popular e aquelas regulatórias tipicamente escolares. Analisar a tensão que se instala ao se “converter” a Educação de Jovens e Adultos (EJA), herdeira da tradição da educação popular, em educação escolarizada. verificar ainda em que medida essa tensão é percebida pelos educandos e responde pela não continuidade dos estudos por parte desses sujeitos.</p>	<p>um currículo monocultural, a flexibilizar tempos e espaços e a superar as hierarquias de saberes, raça, gênero, geração, religião e origem geográfica.</p>
7) Formação. EJA no Brasil. Políticas públicas. Educação	<p>Analisar algumas contribuições apresentadas no SNFEJA, em especial as três primeiras, que contribuem para criar as bases necessárias para a configuração de políticas educacionais a partir da formação do educador da EJA.</p>	<p>O SNFEJA desenvolvido no Brasil durante os anos de 2006 a 2015 constituiu um espaço de consenso sobre a necessidade de formação específica de educadores de EJA. Possibilitaram conhecer desafios e percursos formativos em diversas regiões do país, bem como a troca de experiências entre formadores e educadores. Contudo, a dispersão dos debates em alguns seminários fez com que os objetivos para os quais foram criados não fossem cumpridos.</p>
8) Projea, Práticas Pedagógicas, Currículo Integrado.	<p>analisar, sob a perspectiva dos estudantes, como o campus Mossoró do IFRN materializava a proposta curricular do curso técnico integrado em Edificações na modalidade EJA, oferecido no âmbito do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Projea)</p>	<p>Conceitualmente, a perspectiva do curso – formação integral dos jovens e adultos – está bem definida, mas a organização curricular, que dispõe primeiro as disciplinas de ensino médio e depois as de formação profissional, inviabiliza o desenvolvimento do currículo integrado, bem como as práticas pedagógicas elencadas demonstraram que, de fato, não havia a materialização concreta do currículo integrado no curso, mas, apenas em algumas ações didáticas, muito específicas, não sistematizadas e não planejadas coletivamente, ocorria o envolvimento de alguns professores de disciplinas distintas.</p>
9) Política Pública, Projea Educação, Exclusão, Inclusão	<p>Averiguar se e em que medida a sua execução do Projea favorece a inclusão socioeducacional do público da EJA, no sentido de contribuir para a integração sociolaboral desses cidadãos e cidadãs.</p>	<p>Consideraram que a execução do Projea no IFBA campus Santo Amaro apresentou sérias incoerências em relação à proposta da política, bem como em relação a todos os dispositivos legais que a regulamentam. Contraditoriamente, inviabilizou a concretização de suas finalidades, objetivos e função social no que tange à superação da exclusão e das desigualdades sociais, visto que não incluí o grupo ao qual a política se destinava. Outro ponto é que mesmo esse “outro” público contemplado enfrentou sérias dificuldades em permanecer e concluir o curso.</p>
10) Produção Científica; Projea;	<p>Suscitar o foco de análise</p>	<p>Verificou-se que várias são as reflexões</p>

<p>ANPEd.</p>	<p>dessas pesquisas, bem como as possíveis contribuições e limites do Programa, possibilitando subsídios e provocações para trabalhos futuros. Analisa as causas da desistência e os motivos da permanência de estudantes do referido programa no âmbito da trajetória de estudos.</p>	<p>suscitadas pelos pesquisadores, mas se destacou um incipiente acervo, quando se considerou o recorte temporal da pesquisa. As investigações desdobram-se em torno de pesquisas que analisam o processo de implantação do Proeja, as práticas pedagógicas, o acesso, permanência e inclusão, a formação dos docentes e o processo de integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de jovens e adultos. Notou-se a falta de pesquisas que problematizem os impactos sociais dessa política, assim como os rumos a serem tomados após aprovação da Lei 13.415/2017, a qual modifica o Ensino Médio no Brasil.</p>
<p>11) Proeja; Desistência; Permanência.</p>	<p>Analisar as causas da desistência e os motivos da permanência de estudantes do referido programa no âmbito da trajetória de estudos.</p>	<p>o Proeja no campus Caicó, da forma como foi implantado está longe de possibilitar inclusão. Os números elevados de desistência indicaram isso. A permanência de alguns estudantes se justificou por causa da infraestrutura da instituição, das práticas pedagógicas de alguns professores, apoio que receberam dos colegas e da família e o sentimento de valorização profissional e pessoal.</p>
<p>12) Políticas Públicas. Educação de Jovens e Adultos. Políticas Públicas de Educação de Jovens e Adultos.</p>	<p>Apresentar um balanço das publicações sobre Políticas Públicas de/para Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, tendo como base de informação o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).</p>	<p>Dois periódicos se destacam: a Revista Brasileira de Educação- RBE, publicada pela ANPED e a Revista Educação e Sociedade, publicada pelo Cedes. Dentre as categorias de análise utilizadas pelos autores em suas investigações sobre as políticas públicas de/para EJA, as mais recorrentes são: alfabetização, educação, formação de professores, gestão, participação, programas/projetos/campanhas, política(s) e trabalho.</p>
<p>13) Análise de Discurso; Educação de Jovens e Adultos; Perguntas de professores.</p>	<p>Verificar os efeitos de sentidos produzidos.</p>	<p>De modo geral, trouxeram à discussão os seus saberes, suas experiências. Saberes, ora efeitos de um movimento de busca pela qualificação e ora referenciados a fatos vividos, por vezes, incertos, duvidosos, nos confrontos com as realidades, complexidades das relações pedagógicas e das especificidades dos contextos da EJA. Reiterou-se a hipótese formulada, de que esses sentidos ecoam alinhados dessa forma, pois constituem-se pela ausência, em longo período, de políticas públicas de formação continuada de professores da EJA.</p>
<p>14) Proeja; IFG; implantação; direito</p>	<p>Elucidar a efetivação (ou não) do direito à educação aos estudantes da Educação de</p>	<p>A consolidação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica como instituição de qualidade acadêmica e profissional, cuja cultura</p>

	Jovens e Adultos.	institucional vincula-se a esse público assim como às possibilidades formativas (“de alto nível”) que ela indica, tem gerado os fundamentos das resistências em torno da assunção orgânica do Proeja.
15) Educação de Pessoas Jovens; Adultas e Idosas; Investigação; Políticas públicas; Processos democráticos.	Contribuir para melhoria das práticas educativas e para o monitoramento das políticas públicas e, portanto, para a construção de um futuro que traduza a vontade de um mundo melhor.	A costura articuladora dos textos aponta para a necessidade evidente de posturas de construção de resistências e de conscientização crítica a fim de que se assumam um olhar utópico frente à realidade e à ciência.
16) Educação de adultos; Exclusão; Inclusão	apresentar alguns fatores de exclusão e de inclusão de alunos do PROEJA do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT	Apesar de os dados das duas pesquisas constatarem que o modo como está sendo operacionalizado o Proeja causa evasão, aqui chamada pelos pesquisadores de exclusão, ele é um programa de grande relevância social, que pode possibilitar a inclusão de jovens e adultos que ainda se encontram à margem do que lhes é de direito constitucional: a educação de qualidade.
17) Decreto nº 5.154/2004; Proeja; Contexto social e político.	Refletir sobre o percurso da década de vigência do Decreto nº 5.154/2004, no plano macroeconômico, político e social.	Ao examinar a natureza de oferta da Rede Federal, tomando como referência da pesquisa o Colégio Pedro II e os Institutos Federais que atuam no estado do Rio de Janeiro e da FAETEC (Fundação de Apoio à Escola Técnica (acrônimo FAETEC), a conclusão geral é de que o Proeja, que está próximo a completar uma década, carrega consigo a marca pesada da trajetória marginal da educação de jovens e adultos trabalhadores na história da educação brasileira.
18) Proeja; Formação Profissional; Formação Geral.	compreender as percepções das coordenadoras em relação ao processo de implantação do programa, na sua dimensão pedagógica.	O Proeja tem significado na construção de uma educação mais humana, porém, faz-se necessário ressaltar o quanto é importante que as instituições sigam, de forma precisa, o que está estabelecido no documento nacional do Programa.
19) Educação de Jovens e Adultos (EJA), Políticas Públicas, Inclusão Educacional.	analisar os avanços e desafios das pesquisas e das políticas públicas sobre/para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil.	Os avanços ao longo dos anos são evidentes e significativos, pois, em alguma medida, promoveram a inclusão do público diversificado que compõe a EJA. Entretanto, tais políticas acompanharam os interesses das classes sociais dominantes
20) Formação Humana Integral; Trabalho; Omnilateral.	compreender como se dá, a formação emancipatória e	É de suma importância conhecer e afirmar a essência do termo integral, com vistas a superar

	autônoma dos alunos com vistas a desenvolvê-los de forma omnilateral no contexto EJA profissional.	a dualidade que existe em nosso país, no que concerne à relação educação e trabalho.
--	--	--

Discussão

Apresentamos a discussão em dois momentos: primeiro, uma breve contextualização sobre a EJA no país, em seguida, as conclusões acerca dos artigos selecionados.

Algumas linhas sobre a EJA no Brasil

O Brasil, filiado ao capitalismo global, encontra-se subjugado ao paradigma neoliberal, tendo o Banco Mundial como o oráculo, nem sempre, auspicioso para a classe trabalhadora dessa nação. Desde 1946, operando e desenhando políticas setoriais por todo o planeta, o Banco Mundial tem o Brasil incluso em seu quadro, desde janeiro daquele ano. Nosso país integra, hoje, todas as instituições do Grupo Banco Mundial, com exceção do Centro Internacional para a Resolução de Conflitos sobre Investimentos.

Bastos e Rocha (2017, p.323) criticam os documentos produzidos pelo Banco, afirmando que buscam manter a lógica de mercado, em desfavor da classe trabalhadora, a qual dá corpo e alma ao público da EJA, modalidade marcada pela presença de jovens, em grande parte, devido a problemas de não-permanência e insucesso no ensino fundamental “regular”, já que, embora se tenha equacionado praticamente o acesso para todas as crianças, não se conseguiu conferir eficiência às redes para garantir que essas crianças permanecessem.

No mesmo giro, a sociedade brasileira não conseguiu enfrentar, satisfatoriamente, as desigualdades socioeconômicas e algumas famílias, ainda, encontram no trabalho das crianças uma alternativa para a composição da renda mínima, roubando-lhes, com isso, parte da infância e o tempo da escola.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) perpassa questões delicadas como: direitos humanos, empobrecimento da classe trabalhadora, desigualdade, gênero, educação não formal, migrações, educação popular, empregabilidade, encarceramento, sobrevivência.

Revista Interdisciplinar

Moacir Gadotti em seu artigo, *Educação de Adultos como Direito Humano*, nos propõe uma reflexão sobre o que seja educação de adultos e, segundo ele, ao longo da história, a educação de adultos foi compreendida de diferentes formas: A I Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada em Elsinore (Dinamarca), após a II Guerra Mundial (1949), entendeu a Educação de Adultos como educação moral, vez que a educação formal não havia conseguido evitar a barbárie da guerra e formar para a paz. Por isso, se fazia necessária uma educação “paralela”, fora da escola, “alternativa”, com o objetivo de proporcionar o respeito aos direitos humanos para uma paz duradoura, através de uma educação continuada para jovens e adultos.

A II Conferência, realizada em Montreal (1960), no Canadá, trouxe enfoques distintos: a Educação de Adultos concebida como continuação da educação formal, como educação permanente, e, de outro lado, a educação de base ou educação comunitária. Na III edição, realizada em Tóquio (1972), surge a ideia de “suplência” da educação fundamental (escola formal). O objetivo da Educação de Adultos seria o de reintroduzir os jovens e os adultos, sobretudo os analfabetos, no sistema formal de educação. Em 1985, realizada em Paris, a IV Conferência trouxe uma pluralidade de conceitos, foram apresentados muitos temas: alfabetização de adultos, pós-alfabetização, educação rural, educação familiar, educação da mulher, educação em saúde e nutrição, educação cooperativa, educação vocacional, educação técnica.

Na Confinte V – 1997, aprovou-se a Declaração de Hamburgo, adotando-se a Agenda para o futuro, num entendimento da Educação de Adultos como um direito de todos e destaque para a diferenciação das necessidades específicas das mulheres, comunidades indígenas e grupos minoritários. Enfatizou-se a importância da diversidade cultural, da cultura da paz, educação para a cidadania e desenvolvimento sustentável. Compuseram a agenda: a educação de gênero, educação indígena, minorias, terceira idade, educação para o trabalho, meios de comunicação e parceria Estado e sociedade civil. A Declaração de Hamburgo conceituou a Educação de Adultos como aquela que:

[...] engloba todo o processo de aprendizagem, formal ou informal, onde pessoas consideradas adultas pela sociedade, desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade. (Confinte V. *apud* Romão; Gadotti, 2007).

Ganham foco o papel indispensável da formação do educador; a reafirmação da diversidade de experiências; o caráter público da EJA; o enfoque intercultural e transversal; a importância da

Revista Interdisciplinar

modalidade para a cidadania, o trabalho e a renda numa era de desemprego crescente; o reconhecimento da importância da articulação de ações locais; a EJA como um processo permanente de aprendizagem e seu reconhecimento como modalidade da educação básica diante da responsabilidade inegável do Estado no que concerne à oferta; o fortalecimento da sociedade civil e, por fim, o resgate da tradição de luta política da EJA pela democracia e pela justiça social.

Nesse movimento pela democracia e pela justiça social, o Plano Nacional de Educação - PNE 2014/2024 estabelecia que, até o fim de sua vigência, 25% das matrículas da EJA deveriam estar vinculadas à educação profissional. Em 2014, apenas 2,8% estavam vinculadas e, em 2020, esse índice diminuiu para 1,8%. Nenhuma das metas foi atingida. As matrículas na modalidade vêm diminuindo sistematicamente desde 2017, dado que acompanhou a sistemática queda nos investimentos públicos para esse campo.

O agravamento desses índices entre 2019 e 2020 apontou para a deterioração do contexto em razão da pandemia de Covid-19. Em 2020, a Lei Orçamentária Anual (LOA) destinou a menor verba dos últimos anos para a EJA, R\$ 25 milhões. Em 2019, dos R\$ 74 milhões previstos, foram executados apenas R\$ 16,6 milhões. Um levantamento do Sistema Integrado de Operações (Siop) demonstra que esses são os menores investimentos da década, bem aquém dos R\$ 1,6 bilhão investidos em 2012.

Um triste cenário que inviabiliza uma das principais vias para a materialização de uma sociedade justa, solidária e democrática. Desde 2009, quando da realização da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos, busca-se consolidar uma política nacional de Educação de Jovens e Adultos capaz de garantir os princípios defendidos em suas seis edições pelo coletivo da EJA e pelos Fóruns EJA⁴ e, atualmente, em 2024, cabe-nos indagar: Por que seguimos negando a EJA? Por que ela nos parece tão incômoda?

No contexto legal, o Proeja foi definido como um programa de inclusão social que possibilita a oferta de educação profissional com a concepção de formação integral do cidadão, no sentido de articular fundamentos científico-tecnológicos e histórico-sociais, como: trabalho,

⁴ O primeiro Fórum de EJA foi fundado no Rio de Janeiro, em junho de 1996, durante o movimento preparatório da V Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confinteav), ganhando força em todo o país, como movimento social, estando presente hoje em quase todos os estados brasileiros, e muitas regiões: 26 Fóruns estaduais, uma Comissão Pró-Fórum no Amapá e 34 Fóruns Regionais em Santa Catarina, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco.

Revista Interdisciplinar

ciência, tecnologia e cultura (IBGE, 2007), para jovens e adultos acima de 18 anos, sem limite de idade máxima, com trajetórias escolares não lineares, com a intenção de elevar seus níveis de escolaridade e, nesse contexto, o Programa deve atender, conforme Dubet (2004, p. 4), a um público

“marcado por desigualdades sociais que pesaram muito sobre as desigualdades escolares”. Esse autor complementa dizendo que essas desigualdades, quando não consideradas na escola seguem o “modelo de igualdade de oportunidades meritocrático, que pressupõe, para ser justo, uma oferta escolar perfeitamente igual e objetiva para pessoas com grandes diferenças” (Dubet, 2004, p.4).

Achados da revisão

O primeiro artigo analisado nessa integrativa trouxe o percurso do Proeja ao longo da última década, buscando explicitar, no contexto das lutas sociais, seus imbricamentos com o Decreto nº 5.154 de 2004, no processo de redemocratização do país. Para tanto, analisa sua vinculação à reforma de Estado na década de 1990 e aos compromissos assumidos pelo Brasil juntos às agendas internacionais, com os marcos da universalização da educação básica.

Analisa o surgimento do Proeja enquanto política pública perene, mergulhada em embates e contradições, o que cria desafios para a gestão dos Institutos Federais (Ifs), no que se refere à oferta dos cursos. O segundo ensaio evidencia uma organização escolar ainda distante das vidas dos sujeitos da EJA, no que se refere não só à flexibilidade de horários, mas também aos processos de avaliação e a dificuldade de desenvolver currículos que integrem o tempo da vida dos sujeitos ao compasso da escola. Já o texto de Rosanna Maria Barros, Dante Henrique Moura e Ana Lúcia Sarmiento Henrique denuncia que, em Portugal, o EFA e, no Brasil, o Proeja são programas que, por um lado estão voltados para a formação do educando, propiciando-lhe tanto o direito de acesso ao conhecimento historicamente construído, como a uma profissionalização que lhe permita atuar no mundo do trabalho e na produção de sua subsistência e, por outro, são afetados por decisões ou políticas advindas do governo, embasadas em pressupostos contrários àqueles que os fundamentam.

Entendemos, numa interlocução com Silva, Souza, Burity (2022), que isso ocorre porque essas políticas se desenvolvem sobre um pano de fundo que abriga dois projetos distintos para a

Revista Interdisciplinar

educação: um que busca a universalização e outro, na contramão, totalmente, rendido ao Estado mínimo neoliberal.

O artigo: O reencontro dos sujeitos adultos com a escola: significados e tensões no âmbito do Proeja, revelou que as experiências dos alunos do Proeja são orientadas por disposições efetivas, adquiridas em condições sociais específicas que direcionam as suas trajetórias. Essas disposições se distanciam daquelas que são realmente almejadas e se colocam como “possíveis” nas teias estruturais que envolvem a vida dos sujeitos, alterando os reais sentidos e significados. Assim, os sentidos e significados atribuídos pelos sujeitos do Proeja vão além de uma relação linear entre aluno e escola, são perpassados pelas relações familiares e de trabalho, que sofrem os efeitos das condicionantes estruturais.

Nessa mesma direção, o estudo que teve como objeto a evasão no Proeja revelou os índices alarmantes como sintoma, entre outras razões, dessa escola distante das vidas dos sujeitos da EJA. No contexto analisado, não se desenharam estratégias para oferecer um atendimento diferenciado aos alunos do Programa, tanto em relação às metodologias como às formas de organização e carga horária das turmas, conforme comprovam os achados das pesquisadoras. Reproduzia-se o formato do ensino médio: as mesmas exigências em termos de conteúdo e avaliação, o que pode ser associado a uma ênfase exagerada ao condicionamento do indivíduo pela estrutura social e escolar (Charlot, 2000) em detrimento de outras práticas necessárias à permanência do aluno, relativas às especificidades desses sujeitos, como tempo de estudo e valorização das suas experiências.

Um ensino compreendido como processo humanizador – especialmente na educação de adultos –, que é chamado a repensar um currículo monocultural/colonizador, a flexibilizar tempos e espaços e a superar as hierarquias de saberes, raça, gênero, geração, religião e origem geográfica, foi trazido à baila pelo texto sobre regulação e emancipação, vez que evidenciou a regulação na escolarização formal afastando os estudantes oriundos da educação popular: sujeitos acostumados com um modelo pedagógico emancipador daquele campo. O artigo destaca, claramente, o quanto nos cabe aprender da educação popular para que nos aproximemos, reconheçamos e acolhamos, verdadeiramente, o público jovem e adulto que retorna à escola regular via Proeja. No dizer de Arroyo:

Gera tensão a intransigência seletiva do sistema escolar, manifesta na organização do trabalho pedagógico e na rigidez dos tempos e espaços diante das diferentes condições das quais homens e mulheres pouco escolarizados dispõem para retomar a trajetória de escolarização interrompida. Isso se dá pelo esquecimento

de que “[...] a EJA sempre veio para recolher aqueles que não conseguiam fazer seu percurso nessa lógica seletiva e rígida de nosso sistema escolar” (Arroyo, 2005, p. 48).

A pesquisa espanhola confirma a ausência de uma formação sistemática e, sobretudo, específica para os docentes que atuam no campo da EJA no país. Assinala que Os SNFEJA desenvolvidos no Brasil, durante os anos de 2006 a 2015, constituíram um espaço de consenso sobre a necessidade de formação qualificada de educadores para e pela EJA. Possibilitaram conhecer desafios e percursos formativos em diversas regiões do país, bem como a troca de experiências entre formadores/as e educadores/as. Levaram a compreender que se a EJA fosse definida como um campo plural de práticas educativas, que não se esgotam na escola e se alimentam de um impulso emancipatório, a questão da especificidade seria colocada de forma decisiva para formação de educadores (Soares, 2006, p. 11).

O referido artigo cita num argumento categórico:

[...] o profissional que tem interesse em trabalhar na EJA tem como desafio conhecer, valorizar e se apropriar dos diversos espaços em que os jovens e adultos vivem, transitam e constroem conhecimento, com o propósito de oferecer-lhes a possibilidade de se apropriarem criticamente da realidade e transformá-la (Favero, 2006 *apud* Silva, F.; Porcado; Santos, 2011, p. 254).

Os artigos extraídos da Redalyc, como vimos nos quadros, passaram pelo Proeja no IFRN, IFBA , IFG , IFMT e pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, trataram sobre a avaliação ex post da política pública Proeja no Campus Santo Amaro (BA), sobre a produção científica a respeito do Proeja no GT 18 – ANPED, versaram sobre a desistência e permanência de estudantes de Ensino Médio do Proeja, sobre políticas públicas de/para a Educação de Jovens e Adultos e seu enfoque nos artigos publicados no Portal de Periódicos CAPES, trouxeram um recorte acerca dos dez anos da implementação do programa, com foco nos sentidos das perguntas de professores da EJA, analisaram a política pública, os sujeitos e os processos educativos, questionaram sobre as possibilidades de inclusão ou exclusão, bem como e, sobretudo, revisitaram o Decreto nº 5.154/2004, do qual decorrem os decretos que inauguram o Proeja, nos trazendo um balanço e perspectivas.

Por tudo isso, nos contaram que, conceitualmente, a perspectiva do curso – formação integral dos jovens e adultos – estava bem definida, mas a organização curricular, que dispunha

Revista Interdisciplinar

primeiro as disciplinas de ensino médio e depois as de formação profissional, inviabilizava o desenvolvimento do currículo integrado, bem como as práticas pedagógicas elencadas demonstraram que, de fato, não havia a materialização concreta do currículo integrado no cursos, mas, apenas em algumas ações didáticas, muito específicas, não sistematizadas e não planejadas coletivamente, ocorria o envolvimento de alguns professores de disciplinas distintas. Evidenciaram que a execução do Proeja no IFBA - campus Santo Amaro apresentou sérias incoerências em relação à proposta da política, bem como em relação a todos os dispositivos legais que a regulamentam, inviabilizando, com isso, a concretização de suas finalidades, no que tange à superação da exclusão e das desigualdades sociais, visto não ter incluído o grupo ao qual se destinava.

Visitando o Proeja no campus Caicó, identificaram que sua implantação, também, esteve longe de possibilitar a inclusão dos jovens e adultos, e examinando a natureza de oferta da Rede Federal, tomando como referência da pesquisa o Colégio Pedro II e os Institutos Federais que atuam no estado do Rio de Janeiro e da FAETEC (Fundação de Apoio à Escola Técnica (acrônimo FAETEC), concluíram que o Proeja, próximo a completar uma década, carregava consigo a marca da trajetória marginal da educação de jovens e adultos trabalhadores na história da educação brasileira, que se fazia necessário ressaltar o quanto é importante que as instituições sigam, de forma precisa, o que está estabelecido nas diretrizes do Programa.

Ressaltaram, inclusive, que a consolidação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica como instituição de qualidade acadêmica e profissional, cuja cultura institucional vincula-se às possibilidades formativas (“de alto nível”) que ela indica, tem gerado os fundamentos das resistências em torno da assunção orgânica do Proeja.

Os dois artigos da Revista Cadernos Cajuína revelaram o desafio ainda posto de aprofundamento da temática formação humana integral na perspectiva da EJA profissional frente ao cenário de avanços e retrocessos das políticas públicas sobre/para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

Por fim, no campo da produção científica acerca do Programa, verificou-se que várias são as reflexões suscitadas pelos pesquisadores, porém se destacou um incipiente acervo, quando se considerou o recorte temporal da pesquisa.

Nessa Seara, dois periódicos se destacam: a Revista Brasileira de Educação- RBE, publicada pela ANPED e a Revista Educação e Sociedade, publicada pelo Cedes. As investigações desdobraram-se em torno de pesquisas que analisam o processo de implantação do Proeja, as práticas pedagógicas, o acesso, permanência e inclusão, a formação dos docentes, o processo de integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de jovens e adultos, gestão, participação, programas/projetos/campanhas, política(s) e trabalho.

Notou-se a falta de pesquisas que problematizem os impactos sociais dessa política, assim como os rumos a serem tomados após aprovação da Lei 13.415/2017, a qual modifica o Ensino Médio no Brasil. Todas essas evidências, nos permitem concluir que, desde o Decreto Presidencial 5.840/2006, até os dias atuais, 2024, o Proeja segue como o patinho feio na Rede Federal: incompreendido, mal gerido, improvisado e, muitas vezes, despejado, como bem coloca Uchoa (2016) em *O Proeja como Inquilino*

Infelizmente, esta revisão integrativa explicitou um cenário desfavorável para a EJA/Proeja nesses últimos sete anos, sobretudo, na Rede Federal. Ruídos na implementação dessa política pública, que vão desde o equívoco na concepção, o que tem provocado, entre outras coisas, um privilégio à oferta dos cursos aligeirados – FIC- Qualificação Profissional, professores sem formação específica para atuar na modalidade, currículo e escola em descompasso com as especificidades do público jovem e adulto. Todos os elementos que fazem as políticas públicas para a EJA seguirem com a histórica sentença de incompletudes, ambiguidades e retrocessos, mesmo depois de 74 anos de Conferências Internacionais de Educação de Adultos, 35 anos da Constituição Brasileira e 27 de LDB.

Dados fora do escopo da nossa pesquisa, mas que com ela dialogam, estão em Silva, Souza, Burity (2022) e a análise que fazem sobre a circulação e a inculcação do discurso neoliberal via signos: protagonismo juvenil, jovem empreendedor e sociedade de mercado. Incluímos também os achados em Dagnino (2004) sobre uma confluência perversa presente no país, desde a década de 90 e que veicula, de um lado, o projeto neoliberal e de outro, um projeto democratizante, participativo, procedente das crises dos regimes autoritários e dos diferentes esforços nacionais de aprofundamento democrático.

Conforme Dagnino (2004), essa confluência perversa vem dando passagem ao ajuste neoliberal na emergência de um projeto de Estado que deve se isentar progressivamente de seu

Revista Interdisciplinar

papel de garantidor de direitos: encolhendo suas responsabilidades sociais. Projeto que, segundo a autora, constitui o núcleo duro do conhecido processo global de adequação das sociedades ao modelo neoliberal produzido pelo Consenso de Washington.

Ainda conforme Dagnino (2004), num primeiro momento, reduziram o significado coletivo da redefinição de cidadania empreendida pelos movimentos sociais a um entendimento individualista dessa noção. Depois, estabeleceram uma sedutora conexão entre cidadania e mercado: tornar-se cidadão passou a significar integração individual ao mercado, ser consumidor e produtor. Sendo este o princípio subjacente a um enorme número de programas para ajudar as pessoas a “adquirir cidadania”, a aprender a iniciar microempresas, tornar-se qualificado para os poucos empregos ainda disponíveis.

Nessa lógica, o mercado é oferecido como uma instância substituta para a cidadania. Com isso, nos moldes do discurso neoliberal sobre cidadania, marcado pela total ausência de qualquer referência a direitos universais ou ao debate político sobre as causas da pobreza e da desigualdade, o Estado se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos.

Considerando as imbricações do Proeja com o fluxo das políticas educacionais e das conquistas desse campo no Brasil, percebemos que o princípio da universalidade e a premissa da universalização da educação básica remetem a princípios constitucionais e olhando para a Declaração Mundial sobre Educação para Todos - 1990, encontramos a ênfase na universalização da educação básica, num compromisso assumido pelo Brasil perante os organismos internacionais.

Entretanto, em virtude do não cumprimento das metas, tais compromissos foram atualizados na Conferência de Dakar, problematizando a capacidade do Estado brasileiro de responder a essa universalização, o que desnuda a contradição posta pela legislação brasileira “Uma legislação constitucional universalizante e a adoção, pelos governos, de políticas sociais focalizadas, sobretudo, a partir da década de 1990, com princípios influenciados por órgãos externos como o FMI e Banco Mundial” (Almeida, 2001, p.148).

Nessa lógica, infelizmente, o Proeja, como política de inclusão, tendo em vista a população que pretende alcançar, não escapa ao rótulo das políticas focais.

Dagnino (2004) diz que o projeto neoliberal opera não apenas com uma concepção de Estado mínimo, mas também com uma concepção minimalista tanto da política como da democracia. Minimalista, porque restringe não apenas o espaço, a arena da política, mas seus

Revista Interdisciplinar

participantes, processos, agenda e campo de ação. O encolhimento das responsabilidades sociais do Estado encontra sua contrapartida no encolhimento do espaço da política e da democracia. Ambas devem ser limitadas ao mínimo indispensável.

Considerações finais

Entendemos importante começar dizendo: A educação não se explica nela mesma, ela vai se explicar nas condições sócio-históricas da qual ela é fruto e condição.” (Ventura e Rummert, 2013). Os achados dessa pesquisa demonstraram que, quase vinte anos após o decreto, o Proeja segue incompreendido na Rede Federal.

Os vinte ensaios versando sobre o Programa resultaram de pesquisas que investigaram sua implementação, perfil dos estudantes, formação dos docentes, a expressiva evasão nos cursos, bem como o Programa vem sendo traduzido em pesquisas. Esboçaram um quadro pouco favorável à Educação de Jovens e Adultos ainda no país. Evidenciaram, como já dissemos, uma organização escolar ainda distante das vidas dos sujeitos da EJA, pontuaram alguns dos desafios que sua oferta continua representando para a gestão dos Institutos Federais (IFs), os quais são chamados a repensar o currículo monocultural/colonizador, a flexibilizar tempos e espaços e a superar as hierarquias de saberes, raça, gênero, geração, religião e origem geográfica.

A presente revisão nos apresenta como imperativo um ensino compreendido como processo humanizador, para além da racionalidade técnica e tecnológica, para além da meritocracia. O Proeja foi definido como um programa de inclusão social. Estamos, desde 1949, data da I Conferência Internacional de Educação de Adultos, tentando reconhecer e compreender esta modalidade.

No entanto, os achados dessa integrativa parecem indicar que longe estamos da fiel tradução da EJA. Ao que se revelou no desenrolar do texto, há um pano de fundo, uma confluência perversa que nos impede intimidade com a EJA, não nos permite tirar o Proeja da cena meritocrática, inviabiliza universalizar a educação. Há projetos antagônicos em curso no campo da educação no país. Por isso, a materialização de uma formação integral, que, verdadeiramente, eleve os níveis de escolaridade do público jovem e adulto é nossa utopia.

Acreditamos ser este nosso desfecho? Devemos resignadamente aceitá-lo? Esperamos muita luta ainda. Esperamos, também, no dizer de Arroyo (p. 257, 2017) muito assombro ético-

Revista Interdisciplinar

político dos “educadores “, porque a história nunca se fecha por si mesma e nunca se fecha para sempre. São os homens, em grupos e confrontando-se como classes em conflito, que ‘fecham’ ou ‘abrem’ os circuitos da história” (Fernandes, 1977).

Referências

ARROYO, Miguel. Formar educadoras e educadores de jovens e adultos. *In*: SOARES, Leôncio (org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica/ SECAD-MEC/UNESCO, 2006. p. 17-32. I Seminário. Disponível em: http://forumeja.org.br/un/files/Formacao_de_educadores_de_jovens_e_adultos_.pdf Acesso em: 19 abr. 2020.

BARROS, Rosanna Maria; MOURA, Dante Henrique; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento. O ensino integrado como medida política em prol da justiça social: o caso dos cursos EFA em Portugal e do Proeja no Brasil, **Revista Brasileira de Educação** v. 25, 2020. p. 1-25.

BARROS, Salviano Rosiani; GUIMARÃES, André Rodrigues. A produção científica sobre o Proeja no GT 18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas – **Anais [...]**. ANPED (2007-2017), 2019.

BITTENCOURT, Nadir de Fátima Borges; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira; SANTOS, Antonio Cezar da Costa. **Proeja no IFMT**: Possibilidades de inclusão ou exclusão? Educação. Santa Maria, vol. 44, 2019.

BRASIL. **Decreto N° 5.840, de 23 de julho de 2006**. PROEJA. Brasília, DF: 24 de junho de 2006b.

BRASIL. **Decreto N° 5.478, de 24 de junho de 2005**. PROEJA. Brasília, DF: 24 de junho de 2005a.

BRASIL. **Lei n° 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF, 29 dez. 2008. Publicado no DOU de 30.12.2008.

CARMO, Ana Carolina Rigoni; AMORIM, Elizabeth de Jesus Moreira de; REMÉDIOS, Sâmia Elene Lobato dos. **O Proeja como modalidade articulada à EPT**: uma análise sobre evasão escolar. ResearchGate. 2020.

Revista Interdisciplinar

CEULI, Mônica Ribeiro Silva; JORGE, Mariano. O reencontro dos sujeitos adultos com a escola: significados e tensões no âmbito do Proeja. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 39, n.º. 142, p. 55-71, jan.-mar. 2018.

COUTINHO, Suzana Andréia Santos; MORAES, Lélia Cristina Silveira de. O Proeja e o Processo de Implantação Pedagógica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. **Revista Exitus**, Vol. 7, N.º 1, p. 55-77, Jan/Abr, 2017.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política**, 3(5):139-164, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1983>. Acesso em: 10 jul. 2024.

DUBET, François. **Sociologia da Experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

FARIA, Débora S. A.; MOURA, Dante Henrique. Desistência e permanência de estudantes de Ensino Médio do PROEJA. **HOLOS**, v. 4, p. 151–165, 2015. DOI: 10.15628/holos.2015.3195. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3195>. Acesso em: 20 ago. 2024.

FÁVERO, Osmar. Formação continuada dos professores do Programa de Educação de Jovens e Adultos no município do Rio de Janeiro. In: SOARES, Leôncio (org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica/SECAD-MEC/ UNESCO, 2006. p. 103-122. I Seminário. Disponível em: http://forumeja.org.br/un/files/Formacao_de_educadores_de_jovens_e_adultos_.pdf. Acesso em: 19 abr. 2020.

FERREIRA, Aurélio Secundo. Formação Humana Integral: Perspectivas e Práxis no Instituto Federal do Piauí-Campus Picos no Contexto da EJA Profissional. **Revista Cadernos Cajuína**, v 8, e238208, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.52641/cadcajv8i2.124>

FLORES. Tânia Maria Dantas. **Avaliação Ex Post da Política Pública Proeja no IFBA**. Campus Santo Amaro (BA) 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 57. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Uma década do decreto n.º 5.154/2004 e do Proeja: balanço e perspectivas. **HOLOS**, v. 6, p. 56–70, 2016. DOI: 10.15628/holos.2016.4984. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4984>. Acesso em: 20 ago. 2024.

Revista Interdisciplinar

FRIGOTTO, Gaudêncio. Relação da Educação Profissional e Tecnológica com a Universalização da Educação Básica. *In*: MOLL, Jaqueline. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. São Paulo: Artmed, 2010.

FREITAS, Marinaide Lima de Queiroz; GOMES, Maria de Fátima Feitoza Amorim; MARINHO, Paulo. Estudantes do Proeja: de percursos negados a outras possibilidades. **Educar em Revista**, v. 38, e82026, 2022.

GADOTTI, Moacir. **Educar para um outro mundo possível**. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2010**. Brasil: IBGE, 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 03 set, 2013.

LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes; ALCOFORADO, Joaquim Luís Medeiros. Apresentação – Educação de Jovens e Adultos: uma análise de políticas públicas, dos sujeitos e de processos educativos. **Educar em Revista**, v. 38, e82312, 2022.

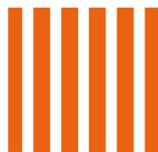
LAGES, Rita Cristina Lima; MACHADO, Josiane Aparecida; SANT’ANA, Rivânia Maria Trotta. Avanços e Desafios das Políticas Públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. **Revista Cadernos Cajuína**, v. 9, e 249224, 2024

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da Pesquisa Social. *In*: DESLANDES, Suely F.; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2014.

MUSIAL. Gilvanice Barbosa da Silva; ARAÚJO Jurandir de Almeida. Políticas Públicas de/para a Educação de Jovens e Adultos: um balanço de artigos publicados no Portal de Periódicos CAPES. **Educar em Revista**, v. 38, 2022.

OLIVEIRA, Edna Castro; SCOPEL, Edna Graça. Uma década do Proeja: sua gênese, balanço e perspectivas. **HOLOS**, v. 6, p. 120–144, 2016. DOI: 10.15628/holos.2016.4998. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4998>. Acesso em: 20 ago. 2024.



Revista Interdisciplinar

PEÑA, María Victoria González; SOARES, Leôncio. Formación de Educadores de Jóvenes y Adultos en Brasil: análisis y perspectivas desde los Seminarios Nacionales. **Educar em Revista**, v. 38, e82104, 2022.

REIS, Sônia Maria Alves de Oliveira; EITERER, Carmem Lúcia. As Práticas Educativas de Regulação e Emancipação na EJA. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 48, e117867, 2023.

ROMÃO, João. Eustáquio; Gadotti, Moacir. **Educação de adultos**: cenários, perspectivas e formação de educadores. Brasília: Liber/Instituto Paulo Freire, 2007.

RUMMERT, Sonia Maria; VENTURA, Jaqueline. Educación de la clase trabajadora brasileña: expresión del desarrollo desigual y combinado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 54 jul.-set. 2013.

SOUZA, Robson da Costa; EVÂNIO, Jefferson; BURITY, Joanildo. **Ciências Humanas e Sociais aplicadas na educação básica**: neoliberalismo, multiculturalismo e outros diálogos (im)possíveis. Ciências Sociais. Unisinos - 2022.

